

CONSIDERANDO a necessidade de readequar os critérios para implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE - Escola, para o exercício de 2014, resolve ad referendum:

Art. 1º Alterar o Parágrafo único do art. 1º; o caput e o § 1º do art. 3º da Resolução nº 49, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros para implementação, no exercício de 2014, do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

Parágrafo único. Onde se lê: "São passíveis de atendimento as escolas que se enquadram nos requisitos supracitados e que não tenham sido beneficiadas com repasse de recursos da ação no biênio 2011/2012 (...)", Leia-se: "São passíveis de atendimento as escolas que se enquadram nos requisitos supracitados e que não tenham sido priorizadas e beneficiadas com repasse de recursos da ação no biênio 2011/2012(...)".

Art. 3º - Onde se lê: "(...) extraído do Censo Escolar do ano anterior ao da publicação desta Resolução (...)", Leia-se: "(...) extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse (...)".

§ 1º - Onde se lê: "(...) às UEx representativas das escolas referidas no art. 1º que apresentem o seu Plano de Desenvolvimento da Escola, aprovado por suas respectivas EEx até 30 de junho de 2014, (...)", Leia-se: "(...) às UEx representativas das escolas referidas no art. 1º que apresentem o seu Plano de Desenvolvimento da Escola, aprovado por suas respectivas EEx até 31 de outubro de 2014, (...)".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas da educação básica, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

Resolução nº 9, de 2 de março de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE.

Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação.

Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b"; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme ratificado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) realizada no dia 6 de março de 2014, e:

CONSIDERANDO que a educação ambiental é "componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal", conforme preconiza a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que a regulamenta e cria o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA);

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar as escolas públicas no processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar as escolas públicas em sua transição para se tornarem espaços educadores sustentáveis, fomentando ações que abranjam as dimensões de gestão, currículo, espaço escolar e comunidade, na intencionalidade de educarem para a sustentabilidade socioambiental;

CONSIDERANDO a importância de promover condições para a implementação e o fortalecimento de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vida), como espaços de gestão democrática e de respeito à diversidade sociocultural e aos direitos humanos, visando à promoção da sustentabilidade socioambiental nas escolas;

CONSIDERANDO que os espaços educadores sustentáveis contribuem com os esforços de prevenção de riscos ambientais e proteção das comunidades, auxiliando no fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituído pela Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar as escolas públicas na operacionalização de ações planejadas no contexto da realização da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, entre outras atividades a execução dos projetos elaborados para a IV CNJMA, como forma de estimular a continuidade de processos educadores que envolvam e valorizem a participação da comunidade escolar em ações voltadas à sustentabilidade socioambiental; resolve ad referendum:

Art. 1º Destinar recursos financeiros de custeio e de capital, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas de educação básica, de acordo com os dados extraídos do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEx), a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

Art. 2º São passíveis de atendimento as escolas públicas referidas no artigo anterior e que não tenham sido beneficiadas com repasse de recursos dessa ação em exercícios anteriores e que constem do Banco de Dados da Coordenação-Geral de Educação Ambiental, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI/MEC, que tenha registrado a realização da etapa local da IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNJMA) no site da conferência, excluindo-se aquelas que já tiverem sido contempladas em situações anteriores.

§ 1º A relação nominal das escolas passíveis de atendimento será encaminhada pela SECADI/MEC ao FNDE e divulgada no sítio pddeinterativo.mec.gov.br;

§ 2º As escolas serão contempladas por ordem de adesão, mediante o preenchimento do plano de ação e da ata de reunião da comunidade escolar no módulo "Escolas Sustentáveis" do PDDE Interativo.

Art. 3º Os recursos financeiros de que trata o art. 1º devem ser empregados na implementação de ações que propiciem condições favoráveis à melhoria da qualidade de ensino e à transição das escolas para a sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo e o espaço físico e a comunidade, de forma a tornarem-se espaços educadores sustentáveis.

§ 1º Para os fins desta Resolução, são considerados espaços educadores sustentáveis aqueles em que são desenvolvidos processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar a comunidade escolar para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável, fomentando ações que abranjam as dimensões currículo, gestão, espaço físico e comunidade escolar e que compensem seus impactos ambientais com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações, na intencionalidade de educarem para a sustentabilidade socioambiental, tornando-se referência em seu território.

§ 2º As ações passíveis de financiamento têm por finalidade:

I - apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), coletivo escolar que, entre outras atribuições, deve promover o diálogo e pautar decisões sobre a sustentabilidade socioambiental, a qualidade de vida, o consumo e a alimentação sustentáveis e o respeito aos direitos humanos e à diversidade;

II - promover possível adequação no espaço físico da escola, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética, uso racional da água, luminosidade, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; e

III - promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola.

§ 3º Para a implementação das ações previstas no parágrafo anterior, os recursos transferidos, respeitadas as categorias econômicas e observadas as descrições do Manual Escolas Sustentáveis, referido no § 6º deste artigo, deverão ser empregados em um ou mais dos seguintes itens:

I - contratação de serviços de terceiros para realização de oficinas de formação sobre criação e fortalecimento da Com-Vida, implementação de tecnologias ambientalmente sustentáveis e planejamento participativo, bem como para elaboração de estudos de diagnóstico e análise da situação da escola e de avaliação de viabilidade de intervenções arquitetônicas com base em critérios de sustentabilidade socioambiental e para a execução das obras identificadas como prioritárias;

II - aquisição de materiais de construção e bens produzidos de acordo com normas e critérios ambientalmente sustentáveis, de forma a viabilizar opções mais eficientes no uso de água, energia, conforto térmico e acústico, mobilidade e destinação adequada de resíduos;

III - aquisição de equipamentos necessários à estruturação e funcionamento da Com-Vida na escola; e

IV - aquisição de materiais didático-pedagógicos que tratem de temáticas voltadas às mudanças ambientais globais, à sustentabilidade, aos espaços educadores sustentáveis, bem como àqueles que estimulem o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos.

§ 4º É vedada a contratação de professores e funcionários da unidade escolar para realização dos serviços de que trata o inciso I do parágrafo anterior.

§ 5º Quando da realização de pesquisas de preços para aquisição de materiais e bens ou prestação de serviços com recursos liberados sob amparo desta Resolução, devem ser considerados os parâmetros estabelecidos no § 2º, do art. 3º da Resolução nº 9, de 2 de março de 2011, disponível no sítio www.fnde.gov.br, como também critérios ambientais para seleção das propostas, dando-se preferência à compra de materiais e equipamentos não poluentes e/ou com reduzida toxidade, em parte ou no todo reciclados ou recicláveis, que minimizem o consumo de água ou energia elétrica, sejam provenientes da economia local, entre outros atributos que concorram para a sustentabilidade socioambiental na escola, considerando os processos de extração, fabricação, utilização e descarte.

§ 6º A especificação dos itens referidos nos incisos I a IV do § 3º, bem como o detalhamento de outros aspectos relativos à execução dos recursos de que trata esta Resolução, estão descritos no Manual Escolas Sustentáveis, disponível no sítio www.fnde.gov.br.

Art. 4º Os recursos financeiros transferidos sob a regência desta Resolução serão depositados em conta bancária específica aberta pelo FNDE, na mesma agência bancária depositária dos recursos do PDDE.

Parágrafo único. Para fins de operacionalização e monitoramento dos repasses pelo FNDE, identificação das contas bancárias específicas, bem como para execução e prestação de contas dos recursos pelas entidades beneficiárias, os repasses financeiros de que trata esta Resolução integrarão a ação denominada PDDE Qualidade e, a partir do exercício de 2015, a ação PDDE Estrutura.

Art. 5º Os recursos previstos no art. 1º e caput do art. 2º serão calculados de acordo com o número de alunos matriculados na unidade educacional, segundo dados extraídos do censo escolar do ano anterior ao do atendimento, tomando como parâmetros os valores correspondentes constantes da tabela a seguir:

| Número de alunos | Valores de Repasse (R\$) | | |
|------------------|--------------------------|---------------|-----------|
| | Custeio (80%) | Capital (20%) | Total |
| Até 199 | 6.400,00 | 1.600,00 | 8.000,00 |
| 200 a 499 | 8.000,00 | 2.000,00 | 10.000,00 |
| 500 a 999 | 9.600,00 | 2.400,00 | 12.000,00 |
| Acima de 999 | 11.200,00 | 2.800,00 | 14.000,00 |

Art. 6º O repasse do recurso a ser destinado a cada escola indicada na relação referida no § 1º do art. 2º ficará condicionado ao (à):

I - preenchimento do plano de ação no PDDE Interativo pelas escolas beneficiadas, juntamente com a ata de reunião de planejamento da comunidade escolar a ser preenchida no mesmo sistema;

II - aprovação dos planos de ação pelas respectivas Entidades Executoras (EEx);

III - validação dos planos de ação pela SECADI/MEC;

IV - disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º A execução dos recursos de que trata esta Resolução deverá ocorrer até 31 de dezembro do ano em que tenha sido efetivado o respectivo crédito nas contas bancárias específicas das UEx.

§ 1º Os saldos de recursos financeiros, como tais entendidas as disponibilidades existentes em 31 de dezembro nas contas específicas, poderão ser reprogramados pelas UEx, obedecendo às classificações de custeio e capital nas quais foram repassados, para aplicação no exercício seguinte, com estrita observância de seu emprego nos objetivos da ação programática.

§ 2º A partir do exercício de 2015 os recursos financeiros de que trata esta Resolução deverão ser utilizados nas finalidades para as quais se destinam até 31 de dezembro do ano seguinte ao do repasse, findo este prazo, o montante financeiro existente em conta, proveniente da não utilização dos recursos de que trata esta Resolução, observada a categoria econômica, deverá ser empregado na aquisição de material de consumo ou permanente que concorram para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas beneficiadas.

Art. 8º Para operacionalizar os repasses previstos nesta Resolução, o FNDE contará com as parcerias da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (Entidades Executoras - EEx) e das UEx de escolas públicas, cabendo, entre outras atribuições previstas na legislação aplicável ao FNDE:

I - à SECADI/MEC:

a) encaminhar ao FNDE a relação nominal das escolas passíveis de serem contempladas com os recursos de que trata o § 2º do art. 2º;

b) avaliar e, se estiverem regulares, validar os planos de ação das escolas de que trata o § 2º do art. 2º, elaborados pelas UEx e encaminhados pelas EEx, por intermédio do PDDE interativo, para fins de liberação dos recursos previstos nesta Resolução;

c) prestar assistência técnica às UEx das escolas referidas na alínea anterior e às EEx, fornecendo-lhes as orientações necessárias para que seja assegurada às unidades escolares representadas, a promoção da sustentabilidade socioambiental; e

d) manter articulação com as UEx das escolas beneficiadas e respectivas EEx e realizar atividades de acompanhamento, de maneira a garantir a boa e regular aplicação dos recursos em favor das aludidas unidades escolares, bem como o cumprimento das metas preestabelecidas.

II - à EEx:

a) instituir Comitê de Análise e Aprovação do PDDE interativo, de acordo com as diretrizes e orientações disponíveis no sistema;

b) ativar, por meio do PDDE interativo, os cadastros dos membros do Comitê de Análise e Aprovação do PDDE interativo, mediante solicitação desses;

c) avaliar e, se regulares, aprovar os planos de ação do PDDE Escolas Sustentáveis das escolas pertencentes à sua rede, de que trata o § 1º do art. 2º, elaborados pelas UEx, por intermédio do PDDE interativo;

d) encaminhar à apreciação da SECADI, por intermédio do PDDE interativo, os planos de ação das escolas aprovados, para fins de validação e liberação dos recursos previstos nesta Resolução;

e) incentivar as escolas de sua rede de ensino, passíveis de serem beneficiadas com os recursos de que trata esta Resolução, mas que não possuem Unidade Executora Própria (UEx), a adotarem tal providência nos termos sugeridos no Manual de Orientações para Constituição de Unidade Executora (UEx), disponível no sítio www.fnde.gov.br, assegurando-lhes o apoio técnico e financeiro que se fizerem necessários para esse fim;